

Apoios Financeiros / Entidades

37. Atribuição de apoios financeiros a entidades.

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, e ao abrigo do do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea a) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, propostas de atribuição de apoios financeiros, de acordo com os documentos constantes dos respetivos processos, às seguintes entidades:

- a) **Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga**, no valor de 6.000,00€;
- b) **Delegação de Braga da Liga Portuguesa Contra o Cancro**, no valor de 1.800,00€;
- c) **Associação Planet Capacity – UAI (União, Apoio e Integração)**, no valor de € 2.952,00€;
- d) **Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada**, no valor de 5.080,76€, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, por motivo de urgência relacionada com a necessidade dos Agrupamentos de Escolas/ Escola não Agrupada procederem à regularização, o quanto antes, dos créditos juntos dos respetivos fornecedores, sob pena de estes interromperem o fornecimento;

Assunto: Atribuição de apoio financeiro | Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga

Considerando:

- A importância da atividade da Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, no contexto em que se encontra inserida, dando resposta à comunidade local ao nível do apoio a pessoas invisuais e amblíopes, com recurso a uma equipa multidisciplinar, acompanhando e apoiando, presentemente, 34 utentes de Braga;
- Que a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga garante um acompanhamento de proximidade aos respetivos utentes, mediante serviços de animação sociocultural, psicologia, reabilitação e serviço social;
- A importância da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social;
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social;
- O disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, que alude ao apoio pelo Município de Braga a atividades de interesse municipal;
- Que a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga se encontra devidamente registada no RECAM sob o número 117/2015, tendo submetido um pedido de apoio para continuação da sua atividade.

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere no sentido da atribuição de um apoio financeiro de € 6.000 à Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga.

O Chefe de Divisão

Assunto: Atribuição de apoio financeiro | Liga Portuguesa Contra o Cancro (Braga)

Considerando:

- A importância da atividade desenvolvida pela Delegação de Braga da Liga Portuguesa Contra o Cancro no contexto em que se encontra inserida;
- Que a Delegação de Braga da Liga Portuguesa Contra o Cancro exerce uma atividade de enormíssima importância, de uma atualidade incontestável, na perspetiva do apoio concedido aos doentes oncológicos;
- A relevância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- Que as respostas desta natureza devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- O disposto na alínea *u)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;
- O disposto na alínea *a)* do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, que alude ao apoio pelo Município de Braga a entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal;
- Que a Delegação de Braga da Liga Portuguesa Contra o Cancro se encontra devidamente registado no RECAM sob o número 328/2019, tendo submetido um pedido de apoio para continuação da sua atividade.

Remete-se proposta para que o Executivo Municipal delibere no sentido da atribuição de um apoio financeiro de € 1.800 à Delegação de Braga da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

O Chefe de Divisão

Assunto: Atribuição de apoio financeiro | Associação Planet Capacity

- A importância da atividade desenvolvida pela Associação Planet Capacity – UAI (União, Apoio e Integração) no contexto em que se encontra inserida;
- Que a Associação Planet Capacity – UAI (União, Apoio e Integração) exerce uma atividade de uma atualidade incontestável, na perspetiva do apoio concedido no aconselhamento a cidadãos provenientes do Brasil;
- A relevância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- Que as respostas desta natureza devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- O disposto na alínea *u*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social de interesse para o Município;
- O disposto nas alíneas *a*) e *c*) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, que aludem ao apoio pelo Município de Braga a entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal e apoio na aquisição de equipamentos de natureza social, cultural, recreativa ou outra que sejam necessários ao desempenho das atividades e funções das entidades;
- Que a Associação Planet Capacity – UAI (União, Apoio e Integração) se encontra devidamente registada no RECAM sob o número 372/2020, tendo submetido um pedido de apoio para continuação da sua atividade.

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido da atribuição de um apoio financeiro de € 2.952 à Associação Planet Capacity – UAI (União, Apoio e Integração).

O Chefe de Divisão

Assunto: APOIO MONETÁRIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLA PARA FAZER FACE A DESPESAS CORRENTES.

PROPOSTA: APOIO MONETÁRIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLA PARA FAZER FACE A DESPESAS CORRENTES

Considerando que:

- a) O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências na área da Educação;
- b) No artigo 46º, do Decreto-Lei n.º 21/2019 se define como competência municipal “a contratação de fornecimento e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos”;
- c) Este período de transição acarreta alguma inconstância onde se apresentam situações não previstas nos Acordos Interadministrativos assinados.

PROPÕE-SE:

Nestes termos, e uma vez que, por motivo de urgência relacionada com a necessidade dos Agrupamentos de Escolas/ Escola não Agrupada procederem à regularização, o quanto antes, dos créditos juntos dos respetivos fornecedores, sob pena de estes interromperem o fornecimento, **proponho que o executivo aprove** a presente proposta de atribuição de apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas/ Escola não Agrupada no valor de **€ 5.080,76** (cinco mil, oitenta, setenta e seis cêntimos), conforme quadro em anexo, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

ANEXO

ATRIBUIÇÃO DE APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS/ ESCOLA NÃO AGRUPADA

ENTIDADE	VALOR DO APOIO
Agrupamento de Escolas D. Maria II	4.458,52 €
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches	622,24 €
TOTAL	5.080,76 €